

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER

Projeto de Lei nº: 638/2021

Proponente: Deputado Ricardo Nicolau

Relator: Deputado Abdala Fraxe.

Dispõe sobre a velocidade de conexão à internet banda

larga ou móvel, e dá outras providências.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária n°638/2021 de autoria do Deputado Ricardo Nicolau, foi incluído em reuniões ordinárias e não recebeu quaisquer emendas, seguindo o trâmite legislativo.

Nos termos do Art. 27, inciso I, alínea "a" c/c Art. 127, §1º, inciso III, do Regimento Interno, o projeto de lei foi encaminhado a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, onde recebeu parecer favorável.

Em seguida foi encaminhado a Comissão de Assuntos Econômicos, também recebeu parecer favorável, adotando o tramite regimental legislativo, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Defesa do Consumidor, para analise e emissão de parecer.

Designado como relator passo a emitir Parecer, com a finalidade de instruir o posicionamento a ser adotada por seus membros e, posteriormente, a decisão do Plenário.

> É o Relatório. Passo a opinar.

I. **FUNDAMENTAÇÃO**

A presente propositura visa salvaguarda que nosso Código de Defesa do Consumidor trata, no que tange, a responsabilidade objetiva do fornecedor quanto a qualidade de seus serviços prestados aos consumidores de nosso Estado.





Em seu art. 14, o CDC versa que da Responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços, no qual alerta que o mesmo responde independente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.

Além de bens como objetos, o mesmo se aplica a serviços, como os prestados por operadoras e empresas de telefonia e internet.

Desta forma, se um serviço não é prestado de forma correta dentro daquilo que foi contratado pelo consumidor, é cristalino seu direito de requerer um desconto ou redução de valores que compense a falha no serviço, ou até a restituição do valor.

O Nobre Deputado também encontra previsão legal no artigo 27 do Regimento Interno, da Assembleia Legislativa no que tange a Defesa dos direitos do Consumidor:

> Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: (...) VI – Comissão de Defesa do Consumidor: (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 584, de 09.02 2015) a) direitos e garantias do consumidor; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 584, de 09.02 2015) (...)

Por esta razão entendemos não haver qualquer óbice para que o Projeto de Lei, possa ser apresentado e admitido.

II. VOTO

Pelo exposto, com fundamentação no artigo 36 do Regimento Interno, concluímos pelo **VOTO FAVORAVEL** ao Projeto de Lei n°638/2021, proposto pelo Ilmo. Deputado Estadual Ricardo Nicolau.

Manaus, 08 de junho de 2022.

ABDALA FRAXE Deputado Estadual



